

MARCELO ABELHA

Manual de
EXECUÇÃO
CIVIL

5ª edição

Revista e atualizada



Rio de Janeiro

- ✳ A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- ✳ Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2015 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- ✳ O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- ✳ Capa: Brenno Stolagli Teixeira / Rodrigo Lippi

- ✳ CIP – Brasil. Catalogação na fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

A122m

Abelha, Marcelo

Manual de execução civil / Marcelo Abelha. – 5.ª ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Forense, 2015.

ISBN 978-85-309-6055-1

1. Execuções (Direito). 2. Processo civil. I. Título.

SUMÁRIO

PARTE I – ASPECTOS GERAIS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL EXECUTIVA	1
Capítulo I – O devido processo legal e a execução civil.....	3
1. Devido processo legal: garantia da parte e fator de legitimação do Estado democrático de direito	3
2. Devido processo legal e tutela executiva.....	5
3. Devido processo legal, tutela executiva e proteção dos valores do exequirente e do executado	7
4. Devido processo legal, tutela executiva e postura do magistrado	8
Capítulo II – Tutela jurisdicional executiva no CPC.....	11
1. As crises jurídicas e a atividade jurisdicional.....	11
2. A configuração da atividade jurisdicional executiva no Código de Processo Civil.....	14
3. O Estado liberal e sua influência no CPC/1973.....	17
4. Os fundamentos e os fins do Novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015)	22
4.1 Razões sociais e jurídicas justificadoras de um Novo Código de Processo Civil	22
4.2 A crise do Poder Judiciário e o NCPC.....	28
4.3 O Novo CPC e a aproximação com a <i>common law</i>	31
4.4. Obrigacionalização da tutela executiva pelo CPC	34
5. A técnica processual executiva.....	36
5.1 Os módulos processuais executivos (fase ou módulo processual e processo autônomo)	36
5.2 Os procedimentos executivos (espécies de procedimentos).....	37
5.3 Os provimentos executivos (meios de sub-rogação e meios de coerção).....	38

5.4	Atos executivos em espécie	40
5.4.1	Penhora e avaliação de bens penhorados	41
5.4.2	Adjudicação, apropriação de frutos e rendimentos e arrematação do bem penhorado.....	42
5.4.3	Meios de coerção (multa etc.)	44
5.4.4	As diversas classificações da atividade executiva..	45
5.4.4.1	Execução provisória e execução definitiva	45
5.4.4.2	Execução específica e genérica	47
5.4.4.3	Execução direta e indireta	49
5.4.4.4	Execução singular e coletiva	50
5.4.4.5	Execução universal (coletiva) e execução singular (individual)	51
Capítulo III – Princípios processuais da execução civil		53
1.	Considerações iniciais	53
2.	Princípio da livre-iniciativa (inércia da jurisdição civil)	54
3.	Princípio da disponibilidade da execução civil.....	55
4.	Princípio do desfecho único.....	58
5.	Princípio da atipicidade dos meios executivos	61
6.	Princípio do menor sacrifício possível.....	62
7.	Princípio da especificidade da execução.....	63
8.	Princípio da responsabilização do exequente pela execução indevida.....	64
9.	Princípio do contraditório na execução civil	66
10.	Princípio da probidade das partes na execução civil	67
11.	Princípio da subsidiariedade do Livro I da Parte Especial às regras executivas contidas no Livro II da Parte Especial e do CPC e vice-versa	70
Capítulo IV – Execução civil e responsabilidade patrimonial		71
1.	Introdução: débito e responsabilidade	71
2.	Natureza substancial da responsabilidade patrimonial	74
3.	Responsabilidade patrimonial: caráter subsidiário da execução... ..	75
4.	Responsabilidade patrimonial, execução por expropriação e execução real	80
5.	Momento de formação da responsabilidade patrimonial	82
5.1	A responsabilidade patrimonial no CPC	82

5.2	Origens do dispositivo.....	83
5.3	Devedor	84
5.4	Responde com todos os seus bens	85
5.5	Bens presentes e futuros e o terceiro adquirente.....	85
5.6	A expressão “para o cumprimento de suas obrigações”	89
6.	Responsabilidade patrimonial e limitação à propriedade do devedor.....	89
7.	Garantia patrimonial geral e garantia real.....	90
8.	Responsabilidade patrimonial sobre bens que não mais pertencem ao devedor no momento de instauração da atividade jurisdicional cognitiva ou executiva	92
9.	Tutela judicial da responsabilidade patrimonial.....	93
10.	Individualização patrimonial e remédios repressivos.....	95
11.	As fraudes contra o credor e contra a execução: hipóteses e tutela jurídica	96
11.1	Direito de propriedade do devedor e tutela jurídica da responsabilidade patrimonial	96
11.2	O ato ilícito da fraude sob a perspectiva dos sujeitos envolvidos	99
11.3	Técnicas de prevenção e remoção do ilícito (fraude à responsabilidade patrimonial) e técnica de proteção do terceiro	100
11.3.1	A tutela jurídica.....	100
11.3.2	A tutela preventiva.....	101
11.3.3	A tutela de remoção do ilícito – ação pauliana.....	102
11.3.4	A tutela de remoção do ilícito – fraude à execução.....	105
11.4	Art. 792, I	108
11.5	Art. 792, II e III	108
11.6	Art. 792, IV	109
11.7	Desconsideração da personalidade jurídica e fraude à execução	109
11.8	Fraude à execução e embargos de terceiro.....	110
11.9	Nos demais casos expressos em lei	111
12.	Bens sujeitos à execução e bens sujeitos à responsabilidade patrimonial.....	112
12.1	Apresentação do tema.....	112
12.2	Bens do sucessor a título singular, tratando-se de execução fundada em direito real ou obrigação reipersecutória	113

12.3	Do sócio, nos termos da lei.....	114
12.4	Do devedor, ainda que em poder de terceiros.....	114
12.5	Do cônjuge ou companheiro, nos casos em que seus bens próprios ou de sua meação respondem pela dívida.....	115
12.6	Alienados ou gravados com ônus real em fraude à execução.....	116
12.7	A alienação ou gravação com ônus real tenha sido anulada em razão do reconhecimento, em ação autônoma, de fraude contra credores.....	116
12.8	Do responsável, nos casos de desconsideração da personalidade jurídica.....	117
13.	Impenhorabilidade.....	117
13.1	Interpretação dos casos de impenhorabilidade.....	117
13.2	Impenhorabilidade absoluta e relativa.....	120
13.3	O rol do art. 833 do CPC.....	121
13.4	Impenhorabilidade do bem de família (residencial) previsto na Lei 8.009/1990.....	127
13.5	Bens relativamente impenhoráveis.....	128
14.	O fiador e o benefício de ordem.....	129
Capítulo V – Título Executivo.....		131
1.	Introito.....	131
2.	Título executivo e devido processo legal.....	132
3.	Crise jurídica, norma jurídica concreta e título executivo.....	133
4.	O “intrínseco” e o “extrínseco” do título executivo.....	134
5.	A eficácia executiva e abstrata.....	136
6.	Classificação: título judicial e extrajudicial.....	137
7.	Títulos executivos híbridos.....	140
8.	Aspecto formal e material do título executivo.....	142
8.1.	O elemento material: a norma jurídica concreta.....	142
9.	O rol do art. 515 do CPC e outros títulos judiciais.....	146
9.1	A sentença proferida no processo civil que reconheça a existência de obrigação de fazer, não fazer, entregar coisa ou pagar quantia (art. 515, I, do CPC).....	146
9.2	A decisão homologatória de autocomposição judicial (art. 515, II) ou extrajudicial de qualquer natureza (art. 515, III).....	147

9.3	O formal e a certidão de partilha, exclusivamente em relação ao inventariante, aos herdeiros e aos sucessores a título singular ou universal.....	148
9.4	O crédito de auxiliar da justiça, quando as custas, os emolumentos ou os honorários tiverem sido aprovados por decisão judicial.....	149
9.5	Sentença penal condenatória transitada em julgado (art. 515, VI, do CPC)	149
9.6	A sentença arbitral	152
9.7	Sentença estrangeira homologada pelo STJ e a decisão interlocutória estrangeira, após a concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória pelo Superior Tribunal de Justiça (art. 515, VIII e IX)	152
10.	O rol do art. 784 do CPC	152
10.1	O rol do art. 784 e a tipicidade dos títulos executivos extrajudiciais.....	152
10.2	Título executivo extrajudicial e eficácia abstrata.....	153
10.3	Art. 784, I (cheque, nota promissória, letra de câmbio, duplicata e debênture).....	153
10.4	Art. 784, II (escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor); art. 784, III (o documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas); art. 784, IV (o instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Advocacia Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado pelo tribunal)	154
10.5	Contratos garantidos por hipoteca, penhor, anticrese e caução (art. 784, V)	155
10.6	Contrato de seguro de vida em caso de morte (art. 784, VI)	157
10.7	Crédito decorrente de foro e laudêmio (art. 784, VII)	157
10.8	Crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio (art. 784, VIII)	158
10.9	A certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, Estado, Distrito Federal, Território e Município, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei.....	158
10.10	O crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas em Convenção	

de Condomínio ou aprovadas em Assembleia-Geral, desde que documentalmente comprovadas (art. 784, X).....	159
10.11 A certidão expedida por serventia notarial ou de registro, relativa a valores de emolumentos e demais despesas devidas pelos atos por ela praticados, fixados nas tabelas estabelecidas em lei	159
10.12 Títulos executivos previstos fora do Código de Processo Civil.....	159
11. Algumas reflexões sobre o art. 785 do CPC (que permite a parte buscar a tutela cognitiva mesmo sendo portadora de título executivo extrajudicial)	161
Capítulo VI – Inadimplemento e execução civil.....	165
1. Crise de adimplemento e execução	165
2. Crise de adimplemento: a mora e o “inadimplemento”.....	166
3. Inadimplemento como requisito necessário da tutela executiva (art. 786 do CPC).....	166
4. Inadimplemento e exigibilidade	167
5. Exigibilidade e contraprestação nos contratos bilaterais.....	168
6. Exigibilidade e obrigações sujeitas a condição ou termo	170
Capítulo VII – A relação processual executiva.....	173
1. Considerações preliminares	173
2. A relação processual executiva.....	174
2.1 A tessitura da relação processual executiva	174
2.2 Pressupostos processuais.....	174
2.3 A competência na execução.....	175
2.4 A finalidade da relação processual executiva	176
2.5 Procedimentos executivos.....	177
3. Cumulação de execuções	178
4. Tutela de urgência na execução.....	180
5. Suspensão da relação processual executiva	181
5.1 Noções preliminares	181
5.2 Causas suspensivas e impeditivas da execução	181
5.3 Hipóteses de causas impeditivas da execução	182
5.3.1 Ausência de bens a penhorar (art. 921, III, do CPC).....	182
5.3.2 Prestação de caução no cumprimento provisório da sentença (art. 521, IV).....	183

5.3.3	Penhora sobre ação e direito do devedor (penhora no rosto dos autos – art. 860 do CPC).....	184
5.3.4	Concurso particular de credores e exequentes (arts. 908 e 909 do CPC).....	184
5.4	Hipóteses de causas suspensivas da execução.....	185
5.4.1	Efeitos da suspensão.....	185
6.	Extinção da execução.....	186
6.1	Extinção do “processo” de execução.....	186
6.2	A sentença no processo de execução.....	186
6.3	O rol do art. 924 do CPC.....	187
6.3.1	Art. 924, I (a petição inicial for indeferida).....	187
6.3.2	Art. 924, II (a obrigação for satisfeita).....	187
6.3.3	Art. 924, III (o executado obtiver, por qualquer meio, a extinção total da dívida).....	187
6.3.4	Art. 924, IV (o credor renuncia ao crédito).....	188
7.	Remição da execução.....	189
7.1	Conceito e generalidades.....	189
7.2	Remição da execução e institutos afins.....	189
7.3	Tipos de remição da execução.....	190
8.	Recursos na execução.....	195
Capítulo VIII – A demanda executiva.....		197
1.	Execução civil com ou sem demanda (formal) executiva.....	197
2.	Condições da demanda executiva.....	197
3.	Elementos da demanda executiva.....	205
4.	Litispêndência.....	206
5.	Coisa julgada.....	207
PARTE II – O PROCEDIMENTO DAS DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO.....		209
Capítulo I – Regras gerais do cumprimento de sentença.....		211
1.	Introdução.....	211
2.	Disposições gerais do cumprimento de sentença.....	212
2.1	As regras processuais aplicáveis.....	212
2.2	Cumprimento de sentença e provocação do interessado....	212
2.3	A intimação do executado.....	214
2.4	O exequente e o executado no cumprimento de sentença..	215

2.5.	A sentença que decide relação jurídica sujeita a condição ou termo	216
2.6	Dos títulos executivos judiciais	217
2.7	Da competência no cumprimento de sentença.....	217
2.8	O protesto da decisão judicial transitada em julgado.....	217
2.9	A validade do procedimento de cumprimento da sentença e dos atos executivos e a objeção do executado.....	221
2.10	Tutela provisória, liquidação de sentença e cumprimento de sentença	221
Capítulo II – Cumprimento da sentença das obrigações de fazer e não fazer.....		223
1.	Considerações sobre a tutela das obrigações de fazer e não fazer no CPC.....	223
2.	Obrigações ou deveres de fazer e não fazer?	224
3.	Breves considerações sobre as <i>obrigações de fazer e não fazer</i>	225
3.1	A identificação do fazer e não fazer	225
3.2	Obrigações fungíveis e infungíveis	225
4.	A conversão em perdas e danos.....	227
5.	O resultado prático equivalente	228
6.	O cumprimento de sentença e o processo de execução das obrigações de fazer e não fazer e a prioridade da tutela <i>in natura</i>	231
6.1	O cumprimento de sentença das obrigações de fazer e não fazer.....	232
6.1.1	Do julgamento das ações relativas às prestações de fazer e não fazer – A pretensão à tutela específica.....	233
6.1.2	O dano e o ilícito e sua tutela específica	233
6.1.3	A obrigação de prestar declaração de vontade.....	235
6.1.4	As técnicas de efetivação (medidas necessárias) da tutela específica.....	236
6.1.5	A multa do art. 537 do CPC.....	238
Capítulo III – Processo de execução das obrigações de fazer e não fazer....		243
1.	Considerações gerais	243
2.	O início do processo de execução.....	244
3.	Prazo para cumprimento voluntário da obrigação	244
4.	A opção pelas perdas e danos.....	245

5. Procedimento da execução das obrigações fungíveis	245
6. Execução das prestações infungíveis.....	247
7. “Execução” das obrigações de emitir declaração de vontade.....	247
8. Execução das obrigações de não fazer previstas nos arts. 822 e 823 do CPC.....	248
Capítulo IV – Cumprimento da sentença das obrigações de entrega de coisa.....	249
1. Generalidades.....	249
2. O intercâmbio entre o cumprimento e a sentença para obrigação de fazer e não fazer e para a entrega de coisa.....	250
3. A obrigação de entrega de coisa.....	251
4. Entrega de coisa certa e coisa incerta.....	252
5. Entrega de coisa e devido processo legal	254
6. As obrigações de entrega de coisa e a utilização dos meios de coerção previstos no art. 536.....	255
7. A obrigação de entrega de coisa também é forma de tutela específica.....	256
8. Art. 498 e art. 538 e a obtenção da tutela específica.....	257
9. Art. 538: mandado de cumprimento da obrigação (<i>caput</i>) e parágrafo único.....	259
10. Art. 538, § 3.º: expressa referência de aplicação das técnicas dos arts. 536 e 537.....	260
11. O direito de retenção deve ser exercitado na contestação, e não em impugnação do executado.....	261
Capítulo V – Processo de execução das obrigações de entrega de coisa.....	265
1. Introdução	265
2. Natureza pessoal ou real da execução de entrega de coisa.....	266
3. Entrega de coisa <i>certa e incerta</i>	266
4. Procedimento para entrega de coisa certa.....	266
4.1 Postulação.....	266
4.2 A expedição do mandado executivo.....	267
4.3 Os embargos do executado	268
4.4 Alienação da coisa pelo executado.....	269
4.5 Conversão da execução específica para pagamento de quantia (perdas e danos).....	269
5. Procedimento do processo de execução para a entrega de coisa incerta.....	270

6. Aplicação subsidiária do art. 538 ao procedimento executivo dos arts. 806 e ss.	271
7. Embargos de retenção por benfeitorias	272
Capítulo VI – Aspectos gerais da tutela executiva da obrigação de pagar quantia	273
1. Execução por quantia certa e expropriação forçada	273
2. Expropriação e poder de império do Estado	273
3. Configuração da execução por quantia certa no Código de Processo Civil	274
4. Técnicas executivas expropriatórias (instrumentais e finais) previstas no Código de Processo Civil.....	275
5. A escolha das técnicas executivas finais na execução por expropriação.....	276
Capítulo VII – Cumprimento Provisório da Sentença.....	281
1. Generalidades.....	281
2. Conceito e regime jurídico da execução provisória (cumprimento provisório da sentença)	284
2.1 Considerações preliminares.....	284
2.2 Postulados e diretrizes (regras materiais) da execução provisória (cumprimento provisório da sentença).....	286
2.2.1 Responsabilidade objetiva por dano processual (art. 520, I, do CPC)	286
2.2.2 O efeito retroativo da indevida execução provisória (cumprimento provisório da sentença)	287
2.2.3 Prestação de caução nos casos de levantamento de depósito em dinheiro e a prática de atos que importem transferência de posse ou alienação de propriedade ou de outro direito real, ou dos quais possa resultar grave dano ao executado	289
2.2.4 A dispensa da caução do inc. IV do art. 520.....	291
3. O procedimento da execução provisória (cumprimento provisório da sentença).....	292
4. Cumprimento provisório da sentença, suspensividade da execução e oposição do executado	293
5. Preclusão de execução definitiva	295

Capítulo VIII – Cumprimento definitivo de sentença para pagamento de quantia	297
1. Considerações gerais	297
2. O início da fase de cumprimento de sentença	298
2.1 Inércia e requerimento executivo.....	298
2.2 A condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa	299
2.3 Honorários advocatícios no cumprimento de sentença.....	299
2.4 A multa de 10%	301
2.5 O demonstrativo discriminado e atualizado do crédito.....	302
2.6 A indicação de bem à penhora/avaliação.....	304
3. O adimplemento provocado pelo devedor antes do cumprimento de sentença.....	306
Capítulo IX – Processo de execução para pagamento de quantia	309
1. Introdução	309
2. O ajuizamento da petição inicial	309
3. A formação da relação executiva: a citação do executado e o arresto dos bens na execução fundada em título extrajudicial.....	312
4. Atitudes do executado no procedimento executivo para pagamento de quantia fundada em título extrajudicial	315
Capítulo X – Da penhora	317
1. Conceito e natureza jurídica.....	317
2. Nomeação à penhora.....	318
2.1 Aspectos gerais	318
2.2 Nomeação à penhora e seus incidentes	319
3. Efeitos da penhora	322
3.1 Efeitos materiais	322
4. Objeto da penhora	325
5. Forma de realização da penhora.....	326
6. Intimação da penhora	328
7. Modificações da penhora.....	329
7.1 Modificações quantitativas e qualitativas (art. 847 do CPC).....	330
7.2 Modificações qualitativas (substituições) excepcionais do objeto da penhora.....	332
8. Penhoras especiais	335
8.1 Penhoras de créditos e outros direitos patrimoniais	336

8.2	Da penhora de ativos financeiros	338
8.2.1	Considerações iniciais.....	338
8.2.2	O dinheiro em espécie ou em aplicações financeiras.....	338
8.2.3	O caráter absoluto do dinheiro na ordem de preferência do art. 835, I, do CPC.....	340
8.2.4	A substituição do dinheiro por fiança bancária e seguro garantia judicial.....	340
8.2.5	Execução de crédito com garantia real e a suposta preferência da penhora sobre o bem dado em garantia.....	341
8.2.6	Penhora de dinheiro, em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira.....	343
8.2.6.1	Aspectos gerais.....	343
8.3	Da penhora de empresa, de outros estabelecimentos e se- moventes.....	347
8.4	Da penhora de percentual de faturamento de empresa	349
8.5	Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel e imóvel.....	350
9.	Da avaliação.....	352
9.1	Generalidades	352
9.2	Avaliação no CPC.....	353
9.3	A avaliação e a execução por quantia certa.....	353
9.4	Avaliação como ato executivo e como prova pericial.....	354
9.5	O avaliador	355
9.6	Requisitos para a nomeação do avaliador especializado.....	356
9.7	Prazo para a entrega do laudo	356
9.8	O art. 871 – hipóteses em que não se procede à avaliação por oficial de justiça	357
9.8.1	Avaliação do bem penhorado e avaliação por oficial de justiça	357
9.8.2	Estimativa da parte	357
9.8.3	Cotação do bem penhorado por órgão oficial	358
9.8.4	Veículos automotores e outros bens cujo preço médio de mercado possa ser conhecido por meio de pesquisas realizadas por órgãos oficiais ou de anúncios de venda divulgados em meios de co- municação.....	359
9.9	O art. 872 – a forma de avaliação do bem penhorado	359
9.9.1	Aspectos gerais.....	359

9.9.2	A forma de realização da avaliação pelo oficial de justiça e pelo avaliador nomeado pelo juiz.....	360
9.9.3	O conteúdo da avaliação.....	360
9.9.4	Imóvel que admitir divisão.....	360
9.10	A nova avaliação.....	361
9.10.1	Generalidades.....	361
9.10.2	Arguição do defeito da avaliação.....	361
9.10.3	Tipos de incorreções argúveis.....	362
9.11	Avaliação e modificações da penhora.....	363
9.12	A avaliação e a sua relação com a expropriação do bem penhorado	364
9.12.1	Generalidades.....	364
9.12.2	Avaliação e adjudicação	365
9.12.3	Avaliação, expropriação e preço vil.....	365
9.12.4	Avaliação e expropriação de imóvel de incapaz....	366
9.12.5	Avaliação e expropriação de imóvel de coproprietário ou cônjuge alheio à execução	367
9.12.6	Avaliação e o efeito suspensivo nas oposições do executado (impugnação e embargos).....	367
9.12.7	Remição do bem penhorado pelo valor da avaliação.....	368
Capítulo XI – Atos de expropriação dos bens do executado		369
1.	Introdução	369
2.	Adjudicação do bem penhorado.....	371
2.1	A adjudicação do bem penhorado e resultado prático equivalente	371
2.2	Adjudicação e pagamento ao credor.....	372
2.3	Momento para requerer	372
2.4	Bens móveis ou imóveis	374
2.5	Procedimento e legitimação para requerer a adjudicação do bem penhorado.....	374
2.6	Adjudicação, oposição do executado e ação anulatória	376
3.	Alienação por iniciativa particular	376
4.	Alienação em leilão público	379
4.1	Considerações gerais.....	379
4.2	Edital	380
4.2.1	Considerações gerais	380

4.2.2	O que deve constar no edital.....	380
4.2.3	A publicidade do edital.....	381
4.3	A arrematação.....	383
4.3.1	Conceito.....	383
4.3.2	A arrematação como ato processual executivo.....	384
4.3.3	Legitimados à arrematação.....	384
4.3.4	O ato de arrematar.....	385
4.3.5	O auto de arrematação.....	387
4.3.6	A arrematação de bens imóveis indivisíveis e de incapaz.....	388
4.3.7	Desfazimento da arrematação.....	389
4.3.8	A carta de arrematação.....	390
4.3.9	Efeitos da arrematação.....	391
4.3.10	Arrematação e evicção.....	392
4.3.11	A entrega do dinheiro resultante da arrematação.....	393
4.4	Apropriação de frutos e rendimentos de bem penhorado ...	394
4.4.1	Características.....	394
4.4.2	A entrega do dinheiro.....	395
4.4.3	A iniciativa para a decretação da apropriação de frutos e rendimentos de bem móvel e imóvel.....	395
4.4.4	Momento.....	396
4.4.5	A decretação da penhora para a apropriação de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel ...	396
4.4.6	O objeto.....	397
4.4.7	O procedimento.....	397
5.	Concurso de credores e/ou exequentes.....	398
5.1	Introdução.....	398
5.2	Natureza jurídica.....	399
5.3	Concurso de exequentes <i>versus</i> concurso de credores no processo de insolvência.....	399
5.4	Duas ou mais penhoras sobre o mesmo bem.....	400
5.5	O exercício do direito de preferência.....	401
5.6	Objeto.....	401
5.7	Legitimidade.....	402
5.8	Procedimento.....	402
6.	A satisfação do crédito.....	403

Capítulo XII – Cumprimento de sentença e processo de execução contra a Fazenda Pública: cumprimento de sentença (provisório e definitivo) e o processo de execução	405
1. Introdução	405
2. Regimes executivos especiais envolvendo a Fazenda Pública.....	406
3. Razão do regime especial dos “precatórios” contra a Fazenda Pública.....	407
4. Características do procedimento executivo previsto no art. 100 da CF/1988 c/c os arts. 534 e 910 do CPC	407
4.1 Execução fundada em título judicial ou extrajudicial.....	407
4.2 O regime jurídico dos precatórios	408
5. Procedimento do cumprimento de sentença por quantia contra a Fazenda Pública	411
6. Cumprimento provisório da sentença para pagamento de quantia contra a Fazenda Pública	413
7. Procedimento do processo de execução por quantia certa contra a Fazenda Pública.....	414
Capítulo XIII – Cumprimento de sentença e processo de execução para pagamento da prestação alimentícia.....	417
1. Introdução	417
2. O crédito alimentar (conceito, classificação e características).....	417
3. Alimentos e a relação jurídica material	419
3.1 <i>Ratio essendi</i> da relação jurídica material alimentícia.....	420
3.1.1 Parentesco.....	420
3.1.2 Matrimônio	420
3.1.3 Voluntários	421
3.1.4 Ressarcitórios (ato ilícito).....	421
4. Execução da prestação alimentícia	421
4.1 Considerações gerais.....	421
4.2 Cumprimento de sentença da prestação de alimentos e a aplicação subsidiária ao processo de execução.....	422
4.3 Técnicas executivas aplicáveis à execução da prestação alimentícia	423
4.3.1 Introito	423
4.3.2 O desconto em folha.....	423
4.3.3 Constituição de capital para pagamento de indenização por ato ilícito	425

4.3.4	A técnica da prisão civil	427
4.3.4.1	Noções preliminares	427
4.3.4.2	Competência para decretar a prisão civil	428
4.3.4.3	Decretação da prisão.....	429
4.3.4.4	Alimentos pretéritos e prisão civil	429
4.3.4.5	Prazo e regime jurídico da prisão.....	430
4.3.4.6	Do protesto do título judicial.....	430
4.3.4.7	O procedimento do cumprimento de sentença e do processo de execução	430
4.3.4.8	As técnicas do procedimento comum para pagamento de quantia (penhora e demais atos expropriatórios).....	431
4.3.4.9	A conduta procrastinatória do executado e o crime de abandono material.....	432
PARTE III – INCIDENTES E PROCESSOS INCIDENTAIS CONEXOS À EXECUÇÃO		433
Capítulo I – Liquidação de Sentença		435
1.	Introdução	435
2.	Liquidação e norma jurídica (quase) concreta	435
3.	Liquidação e princípio da estabilidade da demanda	436
4.	O objeto da liquidação	438
5.	Liquidação pela individuação do objeto (art. 324, I)	440
6.	Liquidação do valor (<i>quantum</i>)	444
7.	Liquidação nas ações coletivas para a defesa de direitos individuais homogêneos	445
8.	Liquidação: processo incidente ou questão processual incidental.....	446
9.	A liquidação de sentença dos arts. 509 e ss. do CPC	446
9.1	Considerações gerais.....	446
9.2	O julgamento da liquidação: antijuridicidade e dano	447
9.3	Espécies de liquidação	449
9.4	Procedimento do incidente processual de liquidação	450
9.5	Legitimidade	451
9.6	Competência	451
9.7	Procedimento.....	451
9.8	Contumácia na liquidação	452

9.9	Defesa.....	453
9.10	Liquidação e recursos	454
Capítulo II – Oposições do executado.....		457
1.	Apresentação do tema: as posições jurídicas das partes e a atividade jurisdicional.....	457
2.	O demandado na execução.....	458
3.	As oposições típicas e atípicas do executado no cumprimento de sentença e no processo de execução	460
4.	A impugnação do executado no CPC.....	462
5.	Os embargos do executado no CPC.....	462
6.	Os embargos à execução e a impugnação do executado: processo incidental e incidente processual.....	462
7.	Natureza jurídica dos embargos do executado	465
8.	Natureza jurídica da impugnação do executado	466
9.	A pretensão nos embargos do executado	467
10.	A “pretensão” na impugnação do executado.....	469
11.	Embargos do devedor e embargos de terceiro	470
12.	Embargos do devedor e impugnação do executado: distinções	471
13.	Classificações genéricas aplicáveis aos embargos e à impugnação do executado.....	474
14.	Requisitos de admissibilidade dos embargos e da impugnação do executado	475
14.1	Interesse processual.....	475
14.1.1	Os limites da cognição e adequação do pedido à via eleita	476
14.1.2	O prazo nos embargos e na impugnação do executado.....	477
14.2	Legitimidade das partes nos embargos e na impugnação do executado.....	479
14.2.1	Nos embargos do executado.....	479
14.2.2	Na impugnação do executado.....	480
15.	Competência nos embargos e na impugnação do executado	480
16.	Pagamento da quantia e preclusão lógica para opor-se à execução.....	481
17.	Fundamentos (causa de pedir) a serem opostas pelo executado... ..	482
17.1	Impugnação do executado	483
17.1.1	A taxatividade do rol.....	483

17.1.2	Falta ou nulidade da citação se o processo correu à revelia	484
17.1.3	Ilegitimidade de parte	486
17.1.4	Inexigibilidade ou inexecutabilidade do título (art. 525, § 1.º, III)	486
17.1.5	Penhora incorreta ou avaliação errônea (art. 525, § 1.º, IV)	487
17.1.6	Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções (art. 525, § 1.º, V)	488
17.1.7	Qualquer causa modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que supervenientes à sentença	490
17.1.8	Impugnação à adjudicação e à arrematação (art. 903, § 2.º)	491
17.2	Embargos do executado	493
17.2.1	A amplitude de fundamento dos embargos à execução	493
17.2.2	Embargos de retenção por benfeitorias	495
18.	A suspeição e o impedimento	497
19.	Os embargos e a impugnação contra a execução por quantia contra a Fazenda Pública	498
20.	Efeito suspensivo nas oposições do executado	498
20.1	O surgimento do efeito suspensivo <i>ope judicis</i>	498
20.2	Características gerais do efeito suspensivo aplicáveis às oposições do executado (impugnação e embargos)	500
20.3	Efeito suspensivo: requisitos	502
20.4	Efeito suspensivo e contracautela prestada pelo exequente ...	504
20.5	Julgamento dos embargos do executado e efeito do recurso	505
21.	Procedimento dos embargos do executado	507
22.	Procedimento da impugnação do executado	509
Capítulo III – Embargos de terceiros		511
1.	Processo e terceiros	511
2.	Atos judiciais constritivos e terceiros	512
3.	Esforço histórico no direito pátrio	514
4.	Conceito	515

5. Natureza jurídica.....	515
6. O conceito de terceiro	517
7. Elementos da demanda	518
8. Prazo dos embargos de terceiro	522
9. Competência.....	523
10. Procedimento	524
11. O procedimento comum subsidiário	525
12. Liminar em embargos de terceiro.....	525
13. Recurso de apelação	525
14. Fraude contra credores e fraude à execução.....	525
15. Compromisso de compra e venda e embargos de terceiros	527